

PRIMEIRO AMOR

Quando me declarei pela primeira vez à minha mãe, eu tinha três anos (segundo os biólogos, os primeiros anos da nossa vida são os mais inteligentes. O resto é cultura, informação, adestramento). Os meus propósitos eram sérios: pretendia casar-me com ela. O casamento da minha mãe (do qual sou fruto precoce) fora um fracasso, e ela sentia-se triste e angustiada. Os animais domésticos compreendem intuitivamente as emoções e os sentimentos dos seres e procuram acompanhá-los, consolá-los: eu era um animal doméstico de três anos.

No pouco tempo que o meu pai passava em casa (aparecer e desaparecer sem aviso era uma forma de poder), eles discutiam, criticavam-se mutuamente e, no ar — como nuvem negra, de tempestade —, pairava uma escura ameaça. Em contrapartida, eu e a minha mãe éramos um casal perfeito. Tínhamos os mesmos gostos (a música clássica, os contos tradicionais, a poesia e a ciência), partilhávamos brincadeiras, emoções, alegrias e medos. Que mais se poderia pedir a um casal? Quanto ao resto, não éramos completamente iguais. Aos três anos eu possuía um forte instinto de aventura, de que a minha mãe carecia (ou que o casamento anulava), e um amor pela fauna e a flora que à minha mãe parecia um pouco vulgar. Ainda assim, deixou-me criar uma raposa, uma mal-humorada avestruz e vários coelhos.

Contudo, ao contrário dos meus progenitores, eu e a minha mãe sabíamos negociar sempre que surgia um conflito. Quando

me apaixonei por um elefante bebê, no zoológico, e teimei que não iria regressar a casa sem ele, a minha mãe ofereceu-me, em troca, um pequeno vitelo, que pude criar no jardim das traseiras. (Suspeito que o meu pai o comeu. Um dia, quando acordei, o vitelinho já não estava a pastar no relvado. O meu pai, nesse dia, fez assado.)

A minha mãe escutou com muita atenção a minha proposta. (Ouvia-me sempre com muita atenção, como se deve fazer com as crianças.) Creio que se sentiu lisonjeada. O desgraçado casamento com o meu pai tornava-a muito infeliz, e ela precisava de ser amada com ternura, respeitada, admirada; compreendeu que eu lhe oferecia todos esses sentimentos (além de um forte desejo de reparação) de um modo generoso e desprendido, como uma trovadora medieval.

Depois de ter escutado a minha proposta com atenção, disse-me que também gostava muito de mim, que eu era a única alegria da sua vida, na verdade bastante triste, e que agradecia o meu afecto, a minha compreensão e todo o amor que lhe dedicava. A meu ver, eram palavras muito justas, uma adequada descrição da nossa relação. Ora bem — explicou-me a minha mãe —, por enquanto, o nosso casamento não podia celebrar-se, dado que eu ainda era muito pequena. Tratava-se de uma razão que eu compreendia facilmente. A minha mãe era uma mulher belíssima (tinha uns enormes olhos «cor de tempo». Encontrei esta descrição, anos mais tarde, num romance de Pierre Loti), inteligente, culta, embora frágil e assustada. Eu estava disposta a protegê-la (algo que o meu pai não fizera), ainda que eu própria me sentisse muitas vezes assustada: o amor é generoso. Também estava disposta a esperar o tempo necessário para nos casarmos.

Ficarei sempre grata à minha mãe por me ter respondido daquela forma. Não menosprezou a minha proposta, não me

desiludiu; limitou-se a dar-me um motivo razoável e justo para adiar a nossa boda. Além disso, estimulou a minha vontade de crescer. A partir desse dia, tentei comer mais (era bastante inapetente), aceitei as vitaminas e o horroroso óleo de fígado de bacalhau, na esperança de acelerar o meu crescimento e de alcançar, por fim, o tamanho e a idade suficientes para me casar com ela.

Nessa altura, os parentes, os vizinhos e todos os adultos tontos e fracassados tinham o péssimo hábito de perguntar às crianças o que queriam ser quando fossem grandes. Eu, com absoluta convicção e segurança, respondia: «Quero casar-me com a minha mãe.» Imaginava um futuro celestial, pleno de paz e de harmonia, de leituras fabulosas, passeios apaixonantes, saraus de ópera (a minha mãe tinha uma maravilhosa voz de soprano), ternura, cumplicidade e felicidade. Que mais poderia desejar um casal?

À medida que crescia (mais devagar do que desejava), renovava, de quando em vez, a promessa de casamento que fizera à minha mãe. Não sabia ainda que os trovadores tinham uma única musa (distante), mas intuía que devia ser assim. Um amor eterno, delicado, fiel e cortês.

Quando fiz quatro anos, a minha mãe começou a perguntar-me, com alguma insistência, se eu gostaria de ter uma irmã. Confesso que nunca havia sentido esse tipo de necessidade. Gostava muito de brincar com os animais que conseguia arrastar até ao jardim das traseiras, gostava de explorar a terra, como uma arqueóloga, seduzia-me classificar objectos esquecidos do sótão, e fascinava-me folhear os livros da biblioteca, mas todas elas eram ocupações solitárias, que partilhava somente com a minha mãe. Quando lhe perguntei o que era uma irmã, respondeu-me que se tratava de uma menina igual a mim. Reflecti sobre o assunto e, embora tivesse algumas

dúvidas, respondi que talvez pudesse experimentar. Não dei uma resposta definitiva. Não fazia a menor ideia de como se faziam os irmãos e as irmãs, nem se eram provisórios ou permanentes, mas com um pragmatismo nada habitual em mim, deduzi que, se a suposta irmã tivesse a minha capacidade de trabalho e a minha curiosidade (a mãe tinha dito que seria igual a mim), poderíamos, em pouco tempo, acabar de escavar o jardim das traseiras, onde eu já conseguira desenterrar várias peças inestimáveis: um velho trabuco da Conquista espanhola, com o cabo entalhado, e uma espada de dois gumes que um qualquer soldado italiano do exército de Garibaldi perdera por ali.

Então, a minha mãe decidiu mandar-me para o campo. Não o fez sem me consultar (éramos um verdadeiro casal): propôs-mo, por conselho do médico, depois de uma grave doença pulmonar.

Embora eu não tivesse vontade de me separar dela, a viagem seduzia-me. Em primeiro lugar, disporia de uma velha estação de comboios (inglesa), toda para mim — o meu tio-avô era ferroviário, dirigia uma antiga estação de comboios cheia de aparelhos maravilhosos. Poderia usar o telégrafo, dar a partida e a chegada aos comboios com um apito grave e fundo, como a sirene de um navio; poderia mudar as agulhas (com uma máquina pesada, munida de uma grossa corrente de ferro), vender os bilhetes que se distinguiam pelas suas cores brilhantes, e ajudaria a embarcar as ovelhas e os borregos nos enormes vagões de carga. Além disso, o campo estava cheio de animais que me interessava investigar e, se fosse possível, adoptar. Eram animais que não existiam na cidade: avestruzes que punham enormes ovos sarapintados; grandes e sonolentos lagartos que se confundiam com a poeira do caminho; bandos de ávidos gafanhotos que encobriam o céu; raposas-vermelhas,

dispostas, sempre, a roubar pintainhos; borboletas de esplêndidos desenhos coloridos; aranhas peludas de ventre rosado; sapos, rãs, e inquietas e vivazes lontras que nadavam e brincavam na água dos rios.

Foi assim que abandonei a minha mãe, por uns meses, e fui desfrutar do campo e da velha estação de comboios dos ingleses.

Quando regressei, vários meses depois (o campo revelara-se muito mais apaixonante do que a cidade), a minha mãe recebeu-me com a notícia de que, agora, eu tinha uma irmãzinha. Não me surpreendeu: já havíamos falado sobre o assunto. A minha mãe conduziu-me pela mão até ao quarto, onde existia agora um berço, e apresentou-me à recém-chegada.

Olhei, com curiosidade, para o interior do berço. Observei atentamente. Não tinha preconceitos, mas também não estava disposta a entusiasmar-me por algo que não valesse a pena. A bebé balbuciou uns sons ininteligíveis. Era o pior que podia fazer diante de alguém que, como eu, amava a linguagem. Ergui uns olhos intensos para a minha mãe, e perguntei-lhe (ou quase afirmei):

— Não fala?

— Não — respondeu a mãe.

Continuei a observar. A bebé encontrava-se em posição horizontal, e as suas pernas eram curtas e fininhas: com tais pernas, dificilmente me poderia acompanhar nas corridas.

— Não anda? — voltei a perguntar.

— Não — respondeu a mãe.

A coisa afigurava-se bastante desalentadora. Lancei um último olhar para o volume informe no berço e, com uma voz já desesperançada, fiz a última pergunta:

— Não sabe brincar?

A minha mãe, que tinha aceitado com paciência o meu minucioso exame, respondeu:

- Não, não sabe brincar. Ainda é muito pequena.
- Então, não me interessa – concluí, sem piedade, e fui embrenhar-me numa das numerosas tarefas que me esperavam no jardim e na vida.

Para mim, o tema irmã ficou encerrado. Contemplava com certo desprezo e condescendência as múltiplas e por vezes desagradáveis tarefas que a sua criação exigia: a muda das fraldas, a lavagem das partes íntimas, a preparação dos biberões. Eram coisas ultrapassadas, para mim, e de duvidosa utilidade: o tempo passava (com uma lentidão que contrastava com o meu obsessivo desejo de me casar com a minha mãe), e o pequeno girino continuava a mijar-se no berço, sem saber falar nem brincar. Demasiado lento, e eu precisava de todas as minhas energias e de todo o meu tempo para investigar o mundo, ser uma trovadora atenta do amor e proteger a minha mãe.

Em finais desse ano, a mãe comunicou-me que teria de me mandar para a escola. O projecto não me entusiasmou sobremaneira. Tudo o que queria aprender, ensinava-mo ela, ou descobria-o eu nas minhas incessantes explorações. Ela ensinara-me a ler e, tanto quanto eu sabia, ainda me restavam muitíssimos livros por ler. Isso prometia uma bela tarefa conjunta, entre mim e ela, tão longa, pelo menos, como o nosso amor. Nunca teríamos um casamento aborrecido.

A minha mãe disse-me que compreendia o meu pouco interesse em ir para a escola, mas – acrescentou – as leis do país exigiam-no. Eu não queria que ela infringisse a lei por minha culpa. De modo que tinha de aceitar, com resignação, esta nova etapa da vida. Se era suficientemente crescida para ir para a escola – raciocinei –, já podia cumprir o sonho da minha vida: casar-me com ela. Sendo assim, aproveitei a ocasião para lhe falar do nosso matrimónio. Pareceu-me um momento adequado, uma vez que nas constantes e violentas discussões dos meus

pais a palavra divórcio surgia constantemente. Se eles se divorciassem, como projectavam, nós duas casar-nos-íamos.

Desta vez, a minha mãe decidiu dar-me outra resposta. Admitiu que nos amávamos, que tínhamos uma excelente relação, uma reconfortante cumplicidade, mas havia um obstáculo. Pensei na minha irmã. Embora ela me fosse completamente indiferente, era um facto que eu e a minha mãe a tínhamos adoptado. Levávamo-la nos nossos passeios, líamos em voz alta diante do seu berço, e eu oferecia-lhe os meus brinquedos velhos, apesar de ela os partir sempre. Além disso, quando saíamos as três a passear pela cidade, parecíamos um verdadeiro casal: eu e a minha mãe, casadas, a bebé, fruto do nosso matrimónio. O problema era de carácter legal, explicou-me a minha mãe. A lei, do mesmo modo que me obrigava a ir à escola, contra a minha vontade, também proibia que uma filha se casasse com a sua mãe. Num gesto de desespero, perguntei:

— E uma mãe com a sua filha?

Também não. Nisto, a lei era inflexível.

Ouvi a explicação atentamente. Não era uma menina displicente: em face de qualquer problema, examinava com muito cuidado os factores em jogo, as causas, as possíveis soluções e, depois desse exame, apelava à imaginação.

— Como se mudam as leis? — perguntei em seguida à minha mãe.

— É um processo muito longo, muito lento e complicado — respondeu. — Primeiro, é preciso elaborar um projecto — disse-me. — Depois, conseguir muitas assinaturas de apoio para o apresentar ao Parlamento. E por lá, depois de anos e anos, talvez venha a ser considerado. Se for considerado, há várias possibilidades. Uma é não obter votos suficientes dos deputados, o que leva à rejeição do projecto. Se conseguir a validação da maioria da Câmara dos Deputados — explicou-me a minha

mãe —, passa ao Senado. O Senado reúne-se poucas vezes e é avesso a mudanças, porque os seus membros são gente de idade avançada. É preciso esperar que o Senado inclua o projecto de lei na Ordem do Dia. Uma vez incluído, o Senado estuda a moção e, se a aprovar (pode não a aprovar, o que também leva à rejeição da moção), remete-a ao Poder Executivo. O Poder Executivo, mesmo sabendo que o projecto de lei foi aprovado por ambas as Câmaras, tem direito de veto, e pode suspender eternamente a promulgação da lei, e nesse caso tudo o que foi feito previamente se torna inútil.

Foi assim que a minha mãe me instruiu sabiamente sobre o funcionamento da democracia, sem necessidade de ir à escola.

Pareceu-me um procedimento demasiado lento, longo e imprevisível para a ânsia que eu tinha de me casar com ela. De modo que, expedita, lhe perguntei:

— Não há outra forma de mudar as leis?

Respondeu-me que sim, que havia outra maneira, que se chamava Revolução. Eu já tinha ouvido essa palavra em várias ocasiões, quando a minha mãe me lera alguns capítulos da Revolução Francesa. Esses capítulos apaixonaram-me, transformaram-me numa verdadeira republicana, avessa à nobreza frívola, vaidosa e egoísta. Mas, por outro lado, a Revolução Francesa tinha alguns aspectos obscuros e sangrentos que me horrorizavam.

Não lhe perguntei como se faziam as revoluções: tinha percebido que se tratava de algo que exigia o sacrifício de muita gente, era difícil de conquistar, estava cheio de contradições e nem sempre acabava bem.

A lei, portanto, impedia o nosso casamento. Acatei-o com firmeza, mas secretamente disposta a fazer todos os esforços

para a mudar, dado que a lei impedia o cumprimento dos desejos das pessoas.

Recordo que nessa tarde (a da revelação da lei como obstáculo do desejo) não me dediquei freneticamente a escavar a terra nem a classificar insectos e plantas, como era meu hábito. Dediquei-me a reflectir, compenetradamente, neste novo conhecimento que a minha mãe me trouxera acerca da vida: os desejos — mesmo os que nos parecem mais justos e nobres — podem chocar com a lei, e esta é muito difícil de mudar.

Este conhecimento, adquirido em tão tenra idade, foi uma das revelações mais decisivas da minha infância, e as suas consequências prolongaram-se pela vida fora.

Agora sabia que não podia casar-me com a minha mãe, mesmo que crescesse, porque havia um obstáculo invencível. Tive de organizar a minha vida a partir dessa desilusão, embora decidisse não esquecer o assunto: algo desta conta entre o desejo e a lei ficava remanescente, e eu não esquecia as contas.

Se não podia casar-me com a minha mãe, como era o meu desejo mais íntimo, não estava disposta a casar-me com ninguém neste mundo. Era uma juvenzinha insubornável. E muito fiel aos meus desejos.

Muitos anos depois, reflectindo sobre este episódio, agradei muito à minha mãe que não me tivesse explicado então, tendo eu tão pouca idade, que não podíamos casar-nos porque éramos ambas do mesmo sexo. Não o fez porque, para ela, o sexo era irrelevante, senão mesmo desagradável. (Há que ter piedade e compaixão pela vida sexual das nossas mães.) Embora eu não possa dizer o mesmo, fez-me crescer com a convicção de que, no que respeita ao amor, o sexo dos que se amam não tem qualquer importância. Como não a têm a cor da pele, a idade, a classe social ou a geografia.